

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

ISSN: 1679-3951

Fundação Getulio Vargas, Escola Brasileira de  
Administração Pública e de Empresas

IRIGARAY, HÉLIO ARTHUR REIS; WANDERLEY, SERGIO; STOCKER, FABRICIO  
“Deveríamos estar nos salões de viena, mas eu não quero aprender a dançar  
valsá”: reflexões sobre a inserção internacional dos acadêmicos brasileiros  
Cadernos EBAPE.BR, vol. 21, núm. 2, 2023, Março-Abril, pp. 1-5  
Fundação Getulio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395189027>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323275198001>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

UNEM  redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

## EDITORIAL

# “Deveríamos estar nos salões de Viena, mas eu não quero aprender a dançar valsa”: reflexões sobre a inserção internacional dos acadêmicos brasileiros

HÉLIO ARTHUR REIS IRIGARAY<sup>1</sup>SERGIO WANDERLEY<sup>2</sup>FABRÍCIO STOCKER<sup>1</sup>

<sup>1</sup> FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV EBAPE) / ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

<sup>2</sup> UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO (UNIGRANRIO) / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

Uma das discussões mais correntes na academia nacional versa sobre a pressão para que publiquemos, especialmente, em periódicos de alto impacto, os quais, geralmente, são internacionais e em língua inglesa. Com isso, surgem os questionamentos: “Onde estão as revistas A1 nacionais da nossa área?”, “Como publicar internacionalmente se não temos nem o tempo e nem a verba necessários para a tradução de nossos trabalhos?”, ou, ainda, “Como lidar com a arrogância colonial dos editores europeus e estado-unidenses”?

Em um rápido levantamento dos autores brasileiros que publicaram nas revistas A1 da nossa área, nos últimos cinco anos, constatamos que a quase totalidade fez doutorado (sanduíche) ou pós-doutorado no exterior, tem rede de contato nas principais conferências, como Academy of Management (AoM) e European Group of Organizational Studies (EGOS), por exemplo, pertencem a instituições que garantem verba de pesquisa ou, ainda, escreveram com coautores estrangeiros nativos.

Há quem defenda que não deveríamos nos esforçar para fazer parte deste “Clube de Paris”, mas, para construir uma rede Sul-Sul, nomeadamente com os demais países da América Latina e África, uma vez que os acadêmicos da Índia e China já se inseriram perfeitamente na arena anglo-saxônica, até por conta da grande quantidade de alunos que estudam nas universidades estado-unidenses, canadenses, europeias e australianas.

Outros refletem sobre as agruras de pertencermos à periferia global e que, por isso, cultivamos a ilusão de que o nosso lugar seria nos salões de Viena, mas não nos esforçamos suficientemente para aprender a dançar valsa; ou seja, uma versão acadêmica do complexo de vira-lata.

O fato é que devemos estar conscientes do risco, por um lado, de nos encarcerarmos em um paroquialismo e, por outro, de nos esforçarmos para uma inclusão internacional que pode ser, na verdade, exclusiva. Um dilema entre ser o avestruz ou o Dom Quixote.

Devido ao alto custo associado à participação em congressos internacionais, a presença de acadêmicos latino-americanos e da África é mínima e pode ser constatada nos *editorial boards* das principais revistas da área. Seria importante uma atualização da pesquisa feita por Murphy e Zhu (2012) sobre autores e editores das cinco principais revistas da área, na qual essa situação fica evidente. É preciso termos isso em mente ao adentrarmos os salões de Viena, para não nos iludirmos de que somos bem-vindos (= ao pagar a inscrição!) e nosso lugar está garantido.

Para que a inclusão internacional seja possível, é necessário um trabalho coletivo de ocupação desses lugares de poder nos principais congressos e revistas da área. Obviamente, tudo depende também do esforço individual de participar dos eventos e da construção de redes internacionais. Contudo, sem uma articulação coletiva, poderemos ter alguns Dom Quixotes se digladiando pelo mundo, que logo podem se cansar – ou ficar sem verba! Assim, enquanto queimamos nossa verba e volúpia acadêmica, fortalecemos a (neo)colonização do campo (Murphy & Zhu, 2012).

Por fazer parte de uma associação de editores europeus, o que mais ouço é que nossos trabalhos são rejeitados por três grandes motivos. Em primeiro lugar, pela forma (muitas vezes não por erros gramaticais ou de ortografia, mas porque o texto não soa nativo); em segundo lugar, em virtude de o marco teórico não refletir o estado da arte do tema de pesquisa;

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395189027>

e, finalmente, pela falta de implicações do estudo, isto é, o fato de narrarmos algo que tenha acontecido no Brasil não contribui para o avanço da discussão no campo. Em um segundo momento, quando é solicitada uma revisão depois de o artigo passar pelo *desk review* e ser encaminhado para avaliação, estes editores se queixam de que os autores brasileiros emitem cartas respostas vagas e, algumas vezes, desqualificam os pareceres.

Cabe-nos, aqui, uma reflexão, pois, também no Brasil, passamos por situações similares. Apesar de não ser a regra, recebemos artigos com uma revisão da literatura limitada ao *name-dropping*, que não promove um debate entre os autores. Principalmente: não sinalizam as reais implicações e contribuições do estudo para a academia, sociedade, organizações, trabalhadores ou governo. Ademais, a abordagem de um fenômeno em uma região específica do país não garante a originalidade da pesquisa. Infelizmente, observamos o mesmo comportamento por parte de alguns autores quando discordam do *desk review* ou dos pareceres: desde *e-mails* agressivos a afirmações vagas.

No que tange à questão da língua, devemos reconhecer que não é tão difícil produzir um texto gramaticalmente correto; no entanto, pensar dentro da lógica anglo-saxônica exige muito mais. Assim, é pertinente que reflitamos sobre o fato de as línguas serem socialmente desiguais – apesar de serem linguisticamente iguais –, dado que algumas, como o inglês, por exemplo, são consideradas de “maior valor” em relação a outras.

As críticas que recebemos dos editores e avaliadores “do primeiro mundo” sobre a forma como usamos a linguagem não são construídas com base em um vazio ideológico. Não apenas nossas escolhas linguísticas refletem nosso *Weltanschauung*, como também perpetuamos ou contestamos ideologias que correspondem ao “valor de mercado” de uma língua, ao poder associado aos seus falantes e às manifestações em nossos contextos locais (Gaibrois & Nentwich, 2020).

As ideologias da linguagem estão diretamente associadas a “[...] interesses políticos e econômicos e por relações de dominação e subordinação” (Philips, 2015, p. 557), uma vez que impactam a forma como as línguas são usadas e como os falantes são avaliados *in situ*. Assim, quando avaliadores e editores – salvo os de estudos críticos e decoloniais – deparam-se com marcos teóricos construídos com obras periféricas, tendem a desqualificá-los. A análise desse fenômeno pelas lentes da psicologia discursiva crítica permite que identifiquemos o impacto do privilégio linguístico na língua inglesa e seu *status* no âmbito da academia, assim como nas organizações, nas quais as posições sociais são desveladas em declarações sobre a(s) linguagem(s) e a base ideológica das avaliações de proficiência (Tenzer & Pudielko, 2017). Por isso, defendemos a existência de uma forte correlação entre linguagem e poder, dado que a primeira é fator estruturante da dinâmica de poder na arena sociopolítica (Angouri, 2013, p. 574).

Na tradição sociolinguística, o discurso é geralmente definido como linguagem em ação ou linguagem em uso (Gee, 1999; Hanks, 1996). Portanto, se queremos nos fazer ouvir, contribuir com novos olhares para os estudos em gestão, como ficar de fora dos salões de Viena?

Talvez não dancemos valsa tão bem, talvez possamos inovar a dança clássica incluindo alguns passos de samba e *funk*, ou, ainda, quem sabe, a nossa contribuição seja uma visão crítica de como os bailes europeus são vistos da margem (Mignolo, 2017). Metaforicamente, movimento similar ocorreu no Brasil, no início do século XIX, com a vinda da missão artística francesa, cuja origem é incerta. Parte da historiografia nacional afirma que ela é fruto da previdência de um governo iluminado, liderado por Dom João VI, que estaria preocupado em modernizar o país e lhe dar uma boa estrutura de ensino de artes e ofícios. Outros asseveram que este projeto foi, de fato, idealizado e organizado por Joachim Lebreton, que, juntamente com antigos partidários de Napoleão, teriam caído em desgraça com a Restauração Bourbon e, por consequência, se engajado em uma empreitada no Novo Mundo. Somente quando aqui chegaram, teriam sido reconhecidos e abraçados pelo governo do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

De qualquer forma, o fato de a missão artística francesa ser exaltada como um marco decisivo na arte brasileira oitocentista, isto é, ser a introdutora do neoclassicismo, da europeização do Rio de Janeiro e, no limite, do processo civilizatório da colônia, permaneceu como a tônica na historiografia até meados do século XX. Esse olhar eurocêntrico traz no seu bojo repercussões negativas para uma apreciação correta da arte nacional, uma vez que resulta na depreciação da produção colonial, majoritariamente barroca. Segundo Squeff (2005), ao reconhecer os artistas franceses como os continuadores do processo civilizador na América – iniciado pelos portugueses –, desqualificamos as manifestações artísticas nacionais. De fato, apenas com a emergência dos modernistas, nas primeiras décadas do século XX, essa posição hegemônica é revista e o Barroco é recuperado como parte de um movimento nacionalista e entendido como a “verdadeira alma” da nação. Nessa reflexão histórica, entende-se a influência francesa como uma “invasão consentida”, isto é, uma intervenção violenta e repressora

no desenvolvimento cultural brasileiro natural, que há pouco encontrara a maturidade em artistas barrocos como Mestre Ataíde e Aleijadinho. Todavia, com o apoio oficial aos artistas neoclássicos, a transição para a nova estética foi acelerada e, com isso, tumultuada.

Até que ponto não valorizamos em demasia as novas missões culturais, desta vez estadunidenses, canadenses e europeias? O que foi feito do nosso barroco acadêmico?

Fazer parte dos salões vienenses não significa, como advogou Castro e Danowski (2014), assumir uma “univocidade” quando encontramos o outro, mas, sim, um “equivocado controlado”, o qual deve se dar mediante um deslocamento reflexivo para a posição do outro.

Não podemos esquecer que a linguagem é usada *in loco* para decretar atividades, perspectivas e identidades (Gee, 1999). Ela nos permite ir além do “falar sobre” para analisar seus efeitos e o papel que desempenha na construção social do mundo, nas negociações, no intralugar e não lugar, na resistência que nasce das assimetrias de poder e floresce dentro da dicotomia inclusão-exclusão.

Enquanto refletimos sobre estes desafios e oportunidades, convido-lhes a desfrutar desta nova edição do Cadernos EBAPE.BR.

No artigo, **Horizontes de decolonização em marketing: uma proposta com base na crítica à colonialidade da teoria da globalização de mercados**, Míriam de Souza Ferreira e Marcus Wilcox Hemais analisam, segundo a perspectiva decolonial, com particular atenção ao conceito de colonialidade do poder – e suas derivações, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser –, como a colonialidade se faz presente na teoria da globalização de mercados desenvolvida por Theodore Levitt.

Já em **Educação Empreendedora nas Artes: perspectivas e desafios**, Alexandre Leite de Ávila e Eduardo Paes Barreto Davel se propõem a integrar, consolidar, contextualizar e discutir a produção acadêmica sobre a Educação Empreendedora nas Artes, a qual é essencial ao desenvolvimento do empreendedorismo artístico, fenômeno imprescindível à economia criativa, dado que, por meio dela, artistas podem aprender a tangibilizar suas criações, gerando valor.

Em **Modernidade crítica, pensamento criativo e inovação: um estudo sobre as startups no Brasil**, Isabella Francisca Freitas Gouveia de Vasconcelos, Frédéric Lefrere, Elias Cury Houaiss e Almir Rogério da Silva Souza discutem os critérios que influenciam o processo decisório de seleção das melhores startups em inovação por um fundo de *venture capital*, na visão dos investidores, profissionais de fundos de *venture capital* e empreendedores destas organizações.

Ana Maria Jerônimo Soares, Felipe Luiz Neves Bezerra de Melo e Luciano Menezes Bezerra Sampaio discutem, em **Influência do suporte parental na intenção empreendedora de estudantes universitários: evidências empíricas no Brasil**, se pais empreendedores afetam a propensão dos filhos a empreender, analisando os fatores e/ou canais de transmissão mais relevantes, bem como se a homofilia de gênero exerce papel moderador nesse efeito.

**Traduzindo ideias de gestão: consultores como artífices da linguagem**, escrito por Jéssica Monteiro Valverde e Samir Adamoglu de Oliveira, tem por objetivo compreender como consultores organizacionais utilizam elementos linguísticos para fazer circular ideias de gestão.

No sexto artigo, intitulado **Dimensões do uso de tecnologia e Inteligência Artificial (IA) em Recrutamento e Seleção (R&S): benefícios, tendências e resistências**, Daniel Blumen e Vanessa Martines Cepellos investigam as dimensões do uso de dispositivos tecnológicos, entre eles a Inteligência Artificial (IA), em processos de Recrutamento e Seleção (R&S), sob a perspectiva de recrutadores de empresas do setor farmacêutico instaladas no estado de São Paulo.

Em seguida, em **Cidade, encarceramento e violência: uma geografia da sobrevivência dos negros para os estudos organizacionais**, Luís Fernando Silva Andrade e Ana Flávia Rezende propõem uma conexão entre a formação socioespacial e a manifestação de um racismo estrutural, argumentando que o encarceramento em massa e a violência contra a população negra evidenciam tal conexão e resultam em uma geografia de sobrevivência. Segundo os autores, essa perspectiva pode trazer contribuições para a virada espacial nos estudos organizacionais.

**Juventudes, patrimônio disposicional e aprendizagem situada: proposição de um modelo teórico para pesquisas**, escrito por Jhony Pereira Moraes, Silas Dias Mendes Costa e Diogo Henrique Helal, é um ensaio teórico que articula a discussão entre meios populares, patrimônio disposicional e aprendizagem situada, propondo um modelo teórico para pesquisas futuras. Os autores sugerem que o patrimônio disposicional dos jovens pertencentes a meios populares (inclinações, comportamentos e

práticas sociais) seja forjado em trajetórias individuais e contextuais, levando em conta o processo de aprendizagem situada e a socialização.

Emanuele Canali Fossatti e Anelise Rebelato Mozzato discutem a importância e a contribuição relacionadas a **Transferência do conhecimento de trabalhadores em processo de aposentadoria em uma instituição de ensino superior**.

No estudo intitulado **Frames de uma violência: uma leitura sobre as pressões para a inclusão da pauta da violência contra as mulheres nas políticas públicas brasileiras**, Yohana Wihby Ventura, Patrícia Maria Emerenciano de Mendonça e Jacqueline Isaac Machado Brigagão identificam e analisam os *frames* mobilizados pelos movimentos feministas para tratar da violência contra as mulheres, bem como discutir suas influências nas políticas públicas.

Neste número, temos ainda uma resenha bibliográfica escrita por Marcello Vinicius Doria Calvosa: **O planejamento estratégico ainda é válido e eficaz para as organizações contemporâneas?**

Na seção de Estudos de Casos & Ensino, Eduardo Russo e Ariane Roder Figueira apresentam **O risco político da guerra da Ucrânia para o mercado global de combustíveis: o caso da British Petroleum na Rússia**, um excelente instrumento de aprendizagem nas disciplinas que versam sobre geopolítica do petróleo, estratégia empresarial, risco político ou negócios internacionais.

Boa leitura a todos.

## REFERÊNCIAS

- Angouri, J. (2013). The multilingual reality of the multinational workplace: language policy and language use. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 34(6), 564-581. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/01434632.2013.807273>
- Castro, E. V., & Danowski, D. (2014). *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis, SC: Instituto SocioAmbiental.
- Gaibrois, C., & Nentwich, J. (2020). The dynamics of privilege: how employees of a multinational corporation construct and contest the privileging effects of English proficiency. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 37(4), 468-482. Recuperado de <https://doi.org/10.1002/cjas.1563>
- Gee, J. P. (1999). *An introduction to discourse analysis: theory and method*. London, UK: Routledge
- Hanks, W. F. (1996). Language form and communicative practices. In J. J. Gumperz, & S. C. Levinson (Eds.), *Rethinking linguistic relativity* (pp. 232-270). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Mignolo, W. (2017). Colonidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), e329402. Recuperado de <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- Murphy, J., & Zhu, J. (2012). Neo-colonialism in the academy? Anglo-American domination in management journals. *Organization*, 19(6), 915-927. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1350508412453097>
- Philips, S. (2015). Language ideologies. In D. Schiffrin, D. Tannen, & H. E. Hamilton (Eds.), *The handbook of discourse analysis* (2a ed., pp. 557-575). Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell.
- Squeff, L. (2005). Revendo a missão francesa: a missão artística de 1816, de Afonso d'Escragolle Taunay. In *Anais do 1º Encontro de História da Arte da Unicamp*, São Paulo, SP.
- Tenzer, H., & Pudelko, M. (2017). The influence of language differences on power dynamics in multinational teams. *Journal of World Business*, 52(1) 45-61. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2016.11.002>

Hélio Arthur Reis Irigaray

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9580-7859>

Doutor e Mestre em Administração de Empresas pela FGV EAESP e PUC-Rio, respectivamente; Bacharel em Economia pela University of Northern Iowa, EUA; Professor Adjunto da FGV EBAPE e do programa CIM (Corporate International Masters), da Georgetown University, Washington, EUA; Líder do tema Diversidade e Relações de Trabalho, na linha de Gestão de Trabalho (ANPAD). E-mail: helio.irigaray@fgv.br

Sergio Wanderley

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9248-5214>

Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV EBAPE); Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). E-mail: sergiow.gaz@terra.com.br

Fabrício Stocker

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6340-9127>

Doutor em Administração pela FEA/USP; Ph.D. em Management pela Erasmus University of Rotterdam; Pesquisador visitante na University of Amsterdam; Mestre em Administração pela UFPR; MBA pela FGV e pela London Business School; Economista e Administrador; Professor da FGV na graduação on-line, MBA e Pós-Graduação; Atua como Editor Adjunto no Cadernos EBAPE.BR. E-mail: fabricao.stocker@fgv.br